

Senado Federal  
Consultoria Legislativa

# Relatório Anual 2011

Praça dos Três Poderes  
Anexo II, Bloco B, 2º andar  
70.165-900 Brasília-DF

Tel: (61) 3311-3296  
Fax: (61) 3311-4351  
[conleg@senado.gov.br](mailto:conleg@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/conleg](http://www.senado.gov.br/conleg)

## 1 DO ÓRGÃO

A Consultoria Legislativa (Conleg) é órgão de assessoramento superior do Senado Federal, voltado para o atendimento de demandas relacionadas com as atividades-fim desta Casa e do Congresso Nacional, provenientes da Mesa, das Comissões, Permanentes e Temporárias, bem como das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores. Para cumprimento dessa missão institucional, compete à Conleg, nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal, “a prestação de Consultoria e assessoramento à Mesa, às Comissões e aos Senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, de suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos Senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios, bem como na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal”.

Para gestão de suas atividades, a Conleg conta com um Consultor-Geral Legislativo e seis Consultores-Gerais Adjuntos. Estes, por sua vez, cumprem as seguintes funções:

- a) um Adjunto de Administração, que se dedica à gestão administrativa e operacional da Conleg, além de ser o substituto imediato do Consultor-Geral;
- b) um Adjunto de Projetos Especiais, que desenvolve atividades de gestão designadas pelo Consultor-Geral e gerencia as atividades de apoio da Conleg às comissões parlamentares;
- c) quatro Adjuntos que atuam como coordenadores dos núcleos temáticos: de Direito; de Economia; de Pronunciamentos; e Social.

As decisões de maior relevância da Consultoria Legislativa são tomadas de maneira colegiada, no âmbito do **Conselho Técnico**, presidido pelo Consultor-Geral Legislativo e integrado pelos Consultores-Gerais Adjuntos e por representantes dos Núcleos. Participa também das reuniões do Conselho, a convite do Consultor-Geral, um representante da Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamentos do Senado Federal (ALESFE).

De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, a Conleg se organiza em núcleos temáticos para organização de seus trabalhos de assessoramento. Cada um desses núcleos conta com um coordenador, que ocupa a função de Consultor- Geral Adjunto, e se desdobra em áreas de especialização.

O conjunto dos Consultores Legislativos está distribuído nessas áreas de especialização, a saber:

- a) no Núcleo de Direito: Direito Civil, Processo Civil e Agrário; Direito Comercial, Econômico e do Consumidor; Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Reg. Interno; Direito Penal, Processo Penal e Penitenciário; Direito Trabalhista e Previdenciário; Direito Tributário e Financeiro; Relações Internacionais e Defesa Nacional;
- b) no Núcleo de Economia: Desenvolvimento Regional; Minas e Energia; Política Econômica, Dívida Pública e Sistema Financeiro; Política Agrária e Agropecuária; Trabalho e Previdência; Política Industrial;
- c) no Núcleo Social: Assistência Social e Minorias; Comunicações; Cultura; Educação; Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia; Saúde; Transportes e Desenvolvimento Urbano; Sistemas Políticos e Eleitorais; e
- d) Núcleo de Pronunciamentos.

Além disso, a Consultoria Legislativa dispõe de um **Serviço de Apoio Técnico**, responsável pelo provimento das informações necessárias à produção das minutas de proposições, de estudos, notas técnicas e informativas e de pronunciamentos, e de um **Serviço de Apoio Administrativo**, responsável pelo apoio logístico e pelo encaminhamento à estrutura administrativa do Senado Federal das necessidades do Órgão, particularmente no que diz respeito à gestão de material e de recursos humanos. Conta, ainda, com um **Gabinete** para auxiliar no expediente, audiências e representação do Consultor-Geral Legislativo.

## 2 DO QUADRO DE CONSULTORES

Em 31 de dezembro de 2011, encontrava-se em atividade um total de 159 Consultores, das 240 vagas existentes. Houve, no ano de 2011, seis aposentadorias.

No entanto, a cada ano, um número variável de Consultores é demandado a prestar serviços a outros órgãos do Senado Federal e mesmo a órgãos de outros Poderes da República. No final de 2011, 17 estavam cedidos a outros órgãos da Casa, e mais 11 encontravam-se à disposição de outros órgãos da Administração Pública. Outros três Consultores encontravam-se afastados em virtude de licenças. Assim, de 159 Consultores em atividade, apenas 128 estavam em efetivo exercício na Consultoria em 31 de dezembro de 2011.

### 3 DA DEMANDA E DE SEU ATENDIMENTO

A Consultoria Legislativa tem como principal tarefa o atendimento às demandas apresentadas pelas Senhoras Senadoras e pelos Senhores Senadores, pelas Comissões e pela Mesa. Dessa forma, a partir do encaminhamento do formulário de Solicitação de Trabalho à Consultoria Legislativa (STC) são elaboradas minutas de proposições, pareceres, estudos, discursos e outras peças necessárias ao desenvolvimento da atividade parlamentar e legislativa.

Além daqueles trabalhos diretamente relacionados com a instrução de matérias em tramitação, são produzidos outros sobre temas que, por sua repercussão na vida nacional, demandam especial interesse e dedicação das Senhoras e dos Senhores Senadores.

Os dados relativos ao volume de trabalho, que, normalmente, guarda proporção com a movimentação do Senado Federal e do Congresso Nacional (o suporte às atividades conjuntas das duas Casas é dado pela estrutura do Senado Federal), estão apresentados nos quadros e gráficos que seguem.

Quadro 1: Trabalhos Elaborados pela Consultoria Legislativa em 2011

Estudos e Notas	3.737
Pareceres	2.772
Proposições Legislativas	1.517
Discursos	1.303
Documentos de Apoio às Comissões	2.452
Consultas Oraís	883
Pareceres sobre Concessão de Rádio e Televisão	464
Outros	949
<b>Total</b>	<b>14.077</b>

Obs.: Dados do Sistema de Apoio à Consultoria Legislativa (SAC), pesquisados no dia 10/1/2012, tendo por referência a data de liberação das solicitações no período de 1/1/2011 a 31/12/2011.

O Quadro 1 apresenta o número de trabalhos efetivamente elaborados pela Consultoria Legislativa ao longo de 2011. A elaboração de minutas de pareceres, estudos e proposições legislativas respondeu por cerca de 60% dos trabalhos realizados.

Também se destaca o número de trabalhos envolvendo o apoio às Comissões, compreendendo três vertentes: a) o assessoramento direto às reuniões, prestado por consultores legislativos especializados na área de atuação da respectiva Comissão; b) a elaboração de resumos das proposições e pareceres constantes da pauta de cada reunião; c) produção, sob demanda, de resumos do conteúdo discutido nas audiências públicas. Estes resumos são elaborados por analistas legislativos do Serviço de Apoio Técnico, sob a coordenação do Consultor-Geral Adjunto de Serviços Especiais.

Prosseguindo na análise dos trabalhos da Consultoria, o Quadro 2, a seguir, mostra a distribuição da produção do ano de 2011 por área de especialização.

Quadro 2: Distribuição por Áreas de Especialização

Direito Const., Administrativo, Eleitoral e Regimento Interno	1504
Pronunciamentos Parlamentares	1333
Política Econômica, Dívidas Públicas e Sistema Financeiro	884
Educação	829
Direito Tributário e Financeiro	767
Saúde	615
Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	566
Transporte e Desenvolvimento Urbano	561
Direito Trabalhista e Previdenciário	552
Assistência Social e Minorias	536
Relações Internacionais e Defesa Nacional	513
Comunicações	479
Direito Penal	425
Minas e Energia	362
Direito Comercial e Econômico	329
Cultura	324
Política Agrária e Agropecuária	312
Direito Civil e Agrário	225
Trabalho e Previdência	201
Desenvolvimento Regional	189
Política Industrial	70
Sistemas Políticos e Eleitorais	37

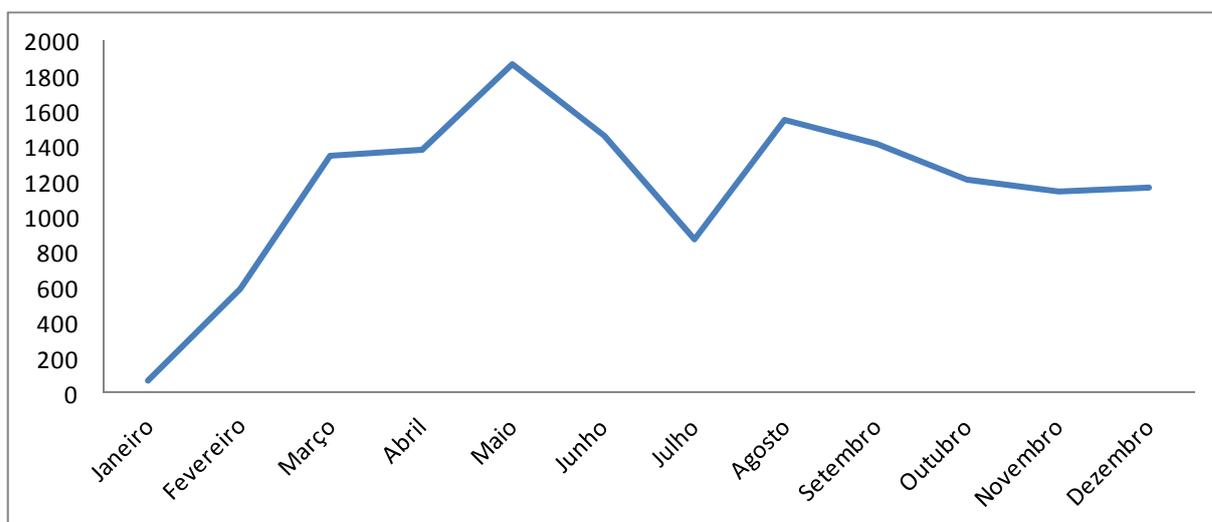
A produção dos trabalhos demandados da Consultoria Legislativa também varia ao longo do ano e da legislatura, reduzindo-se nos períodos de recesso parlamentar. Os picos de demanda concentram-se, tradicionalmente, no início das sessões legislativas, quando Senadoras e Senadores retornam de suas bases eleitorais para a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional. É o que se pode ver no Quadro 3 e no Gráfico 1 abaixo, em relação ao ano de 2011.

Quadro 3: Produção mensal no ano de 2011

Mês	Total de STC
janeiro	71
fevereiro	589
março	1.348
abril	1.381
maio	1.862
junho	1.459
julho	876
agosto	1.554
setembro	1.415
outubro	1.206
novembro	1.145
dezembro	1.171

Dados do Sistema de Apoio à Consultoria Legislativa – SAC colhidos mês a mês, tendo por referência a data de liberação, excluídos os cancelamentos.

Gráfico 1



Tanto o Quadro 4 quanto o Gráfico 2, a seguir, apresentam a evolução da produção da Consultoria entre 1998 e 2011. Dois pontos afloram com destaque. Em primeiro lugar, a sazonalidade da produção da Consultoria, que obedece à flutuação da demanda das Senadoras e dos Senadores. Nos anos pares, o processo eleitoral, como em todas as democracias, exige mais atenção de Senadoras e Senadores. Em consequência, cai a demanda que incide sobre a Consultoria.

Quadro 4: Trabalhos Solicitados à Consultoria Legislativa entre 1998 e 2011

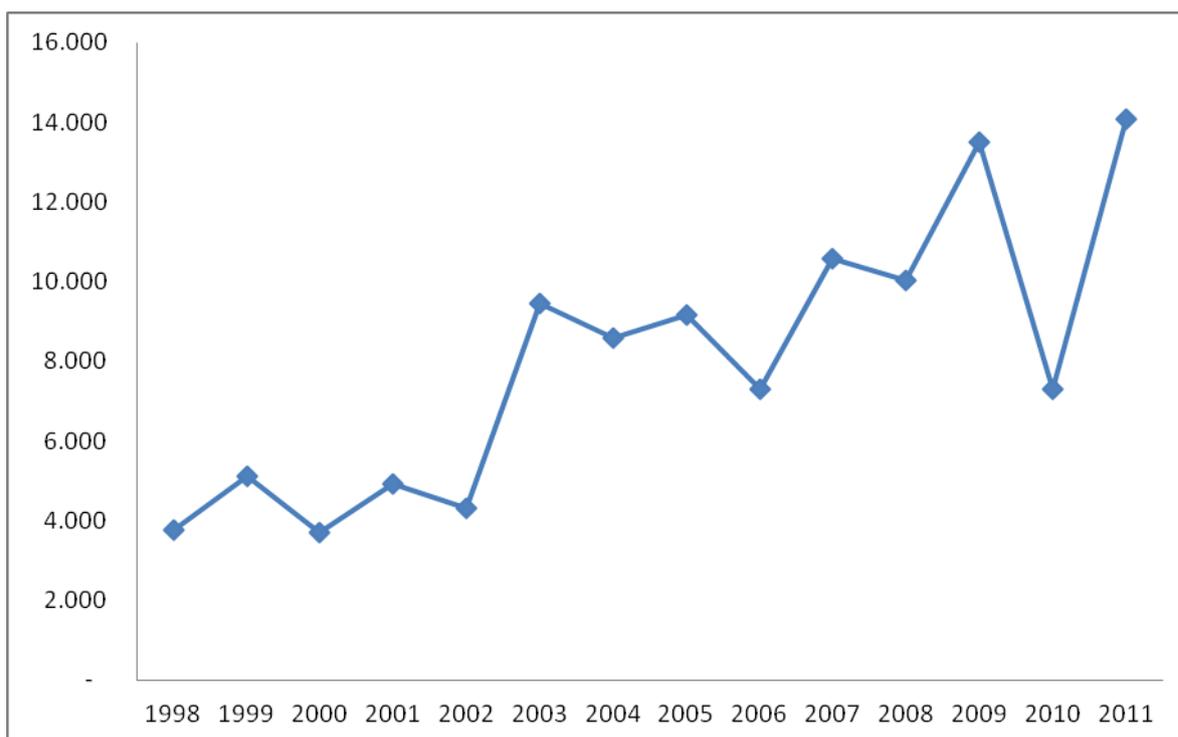
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
3.774	5.131	3.708	4.916	4.298	9.436	8.570
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
9.151	7.284	10.579	10.020	13.484	7.289	14.077

Dados do Sistema de Apoio à Consultoria Legislativa (SAC), tendo por referência a data de liberação das solicitações em cada período, excluídos os cancelamentos.

Conforme se verifica no Quadro 4, a Consultoria atendeu, em 2011, a um número recorde de solicitações, consolidando a trajetória de crescimento da participação do órgão no processo legislativo.

Esse crescimento pode ser mais bem percebido no Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2



A Consultoria também desempenhou, em 2011, por meio de seus servidores, trabalhos que merecem ser mencionados à parte, alguns por sua relevância para a agenda legislativa desse ano, outros em razão de não estarem devidamente contabilizados nas tabelas e gráficos acima expostos.

O primeiro deles se refere à participação de consultor legislativo nas Comissões de Juristas para elaborar anteprojeto de Novo Código de Processo Civil (criada pelo Ato do Presidente nº 379, de 2009, e ainda em funcionamento enquanto perdurar a tramitação do projeto que dele se originou) e para Reforma do Código Penal (criada pelo Requerimento nº 756, de 2011). Além disso, quatro consultores integram o grupo de apoio à Comissão de Juristas para elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral (criada pelo Ato do Presidente nº 192, de 2010), e outro dá suporte à Comissão de Juristas destinada a oferecer subsídios para o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor (criada pelo Ato do Presidente nº 308, de 2010).

Quanto às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), disponibilizamos quatro consultores para auxiliar nos trabalhos da CPI – Supostas Irregularidades no ECAD e três da CPI – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil.

Em relação às atividades do Parlamento do Mercosul, dois consultores prestam integral assessoramento aos Parlamentares, acompanhando-os às reuniões havidas em sua sede, na cidade de Montevideu, no Uruguai. No ano de 2011, houve uma reunião no mês de novembro.

No âmbito administrativo, ao longo do ano de 2011, quatro consultores legislativos integraram comissões de sindicância.

## **6 DOS SUMÁRIOS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS**

Em 2011, a Consultoria Legislativa passou a divulgar, em sua página institucional, em até 48 horas, resumo executivo das medidas provisórias editadas pelo Presidente da República. Seu objetivo é explicar, em poucos parágrafos, com linguagem clara e direta, quais as inovações trazidas pelas novas normas. O primeiro sumário divulgado foi o da Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011. Até o final do ano, 29 medidas provisórias tiveram seu sumário publicado ([http://www.senado.gov.br/senado/conleg/sumarios\\_executivos\\_de\\_MPV.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/sumarios_executivos_de_MPV.html)).

## **7 DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONSULTORIAS (SAC)**

Foi concluído o desenvolvimento do módulo do Sistema de Acompanhamento das Consultorias (SAC) para os gabinetes parlamentares, que permitirá o encaminhamento e recebimento de solicitações de trabalho pelo próprio sistema, reduzindo o fluxo físico de documentos, resguardando a integridade dos dados e facilitando a recuperação e gestão das solicitações.

Ainda no ano de 2011, a Consultoria Legislativa, em parceria com o PRODASEN, fez a apresentação do produto e treinou servidores da quase totalidade dos gabinetes a fim de capacitá-los a operar o sistema. Os treinamentos ocorreram nos meses de novembro e dezembro e, atualmente, o módulo já está em pleno funcionamento. O sistema vem funcionando de maneira satisfatória, resultando em melhor relacionamento da Consultoria com os órgãos demandantes.

A completa implementação do Sistema de Acompanhamento das Consultorias permitirá economia de pelo menos 60.000 folhas de papel por ano.

## **8 DO CONSELHO TÉCNICO**

Foram realizadas, em 2011, treze reuniões do Conselho Técnico, que resultaram em definições sobre o encaminhamento de questões relacionadas ao funcionamento da Consultoria, assim como em sugestões para informar decisões do Consultor-Geral. Entre os temas debatidos, sobre os quais houve deliberação, destacam-se o posicionamento institucional da Consultoria no âmbito da reforma administrativa, as questões relacionadas ao concurso público para o cargo de consultor legislativo.

## **9 DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS**

No exercício de 2011, o Núcleo de Estudos e Pesquisas publicou 25 textos para discussão (TD), que contribuíram com o debate na Casa sobre importantes temas nacionais. Vários desses trabalhos foram citados nos mais diversos meios de comunicação do País, fortalecendo a imagem do Senado como o local das grandes discussões. A listagem dos textos publicados em 2011 é a seguinte:

- TD 82: Trem de Alta Velocidade: Novas Informações Para Debater o Projeto, de Marcos Mendes;

- TD 83: Brasil Condenado a Legislar pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: da Obrigação de Tipificar o Crime de Desaparecimento Forçado de Pessoas, de Tarciso Dal Maso Jardim;
- TD 84: Terceira Reforma da Previdência: até Quando Esperar? De Meiriane Nunes Amaro;
- TD 85: O Orçamento Público e a Automação do Processo Orçamentário, de Laerte Ferreira Morgado;
- TD 86: Desembrulhando o Ajuste Fiscal: há Espaço para Ajuste Fiscal no Governo Federal sem Reformas Legais ou Revisão de Políticas Públicas? De Marcos Mendes;
- TD 87: Política de Incentivos Fiscais Para o Desenvolvimento Regional: uma crítica à MP 512, de Ricardo Nunes de Miranda e Cláudio Borges dos Santos;
- TD 88: Previdência Complementar dos Servidores Públicos, de Fernando B. Meneguim;
- TD 89: História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil, de Fernando Lagares Távora;
- TD 90: Execução Imediata da Sentença: Uma Análise Econômica do Processo Penal, de Fernando B. Meneguim; Maurício S. Bugarin e Tomás T. S. Bugarin;
- TD 91: A Eleição Indireta para Presidente da República, de Ricardo Nunes de Miranda;
- TD 92: O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados, de Tatiana Feitosa de Britto;
- TD 93: Ambiente e Energia: Crença e Ciência no Licenciamento Ambiental. Parte I: O Papel da Energia e do Conhecimento Científico na Evolução das Civilizações, de Edmundo Montalvão;
- TD 94: Ambiente e Energia: Crença e Ciência no Licenciamento Ambiental. Parte II: Ciência e Crença na Previsão de Impactos Ambientais, de Ivan Dutra Faria;
- TD 95: Dívida Bruta e Ativo do Setor Público: o que a queda da dívida líquida não mostra? De Josué Alfredo Pellegrini;
- TD 96: Fundo de Participação dos Estados: sugestão de novos critérios de partilha que atendam determinação do STF, de Marcos Mendes;
- TD 97: Competência Territorial para o Processamento das Ações Populares com Litisconsórcio Passivo entre União e Agente Público Responsável, de Hugo Souto Kalil;
- TD 98: Notas sobre Proposta de Consolidação das Leis de Defesa Agropecuária, de Fernando Lagares Távora; Gustavo Henrique Fideles Taglialegna; Humberto Mendes de Sá Formiga e Marcus Peixoto;

- TD 99: Ambiente e Energia: Crença e Ciência no Licenciamento Ambiental. Parte III: sobre alguns dos problemas que dificultam o licenciamento ambiental no Brasil, de Ivan Dutra Faria;
- TD 100: O Regime Diferenciado de Contratações Públicas: comentários à Lei nº 12.462, de 2011, de Renato Monteiro de Rezende;
- TD 101: Marco Regulatório das Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: Fundos de Desenvolvimento e Fundos Constitucionais de Financiamento, de Márcio de Oliveira Júnior;
- TD 102: Rateio do FPE: Avaliação de Impacto e de Viabilidade Legislativa das Propostas Aventadas, de C. Alexandre A. Rocha;
- TD 103: Desvinculação de Receitas da União, Ainda Necessária? De Fernando Álvares Correia Dias;
- TD 104: Avaliação da Estratégia de Tecnologia da Informação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de Laerte Ferreira Morgado;
- TD 105: Pagamento por Serviços Ambientais – Aspectos teóricos e proposições legislativas, de Marcus Peixoto;
- TD 106: Observações sobre o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007: o Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos da União, de autoria de Gilberto Guerzoni Filho.

Foram ainda executadas diversas atividades no sentido de manter os laços do Senado com o meio acadêmico, buscando sempre agregar informações aos Consultores para que, permanentemente atualizados, estejam prontos para prestar os esclarecimentos necessários aos Senadores sobre os diversos temas que tramitam na Casa.

Entre essas atividades, destacam-se:

- assinatura de acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, com a qual o Núcleo de Estudos e Pesquisas realizou um seminário de dois dias sobre Direito Sanitário, contando com a participação dos consultores legislativos da área de saúde, juntamente com os melhores especialistas no tema do Brasil;
- conclusão do grupo de estudos sobre indicadores de desempenho do Legislativo, com participação de consultores legislativos e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo que o resultado do projeto foi um trabalho apresentado no Congresso Internacional dos Legislativos da América Latina, com futura publicação do artigo.

- parceria com a Fundação Getúlio Vargas – Direito do Rio de Janeiro, que organizou um congresso para discutir a pauta a ser debatida na Conferência Rio+20. O evento contou com a participação de consultores legislativos, cujo resultado foi a publicação do livro “A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável”.

Entre as atribuições do Núcleo de Estudos e Pesquisas também consta a de gerir a Estação GLIN-Brasil, conforme Ato do Presidente nº 72, de 2008. O trabalho consiste em inserir toda a legislação brasileira no sistema, com resumos em português e inglês, indexados por palavras-chave, de forma a permitir comparação com leis de outros países. Além do Senado, integra o projeto o Supremo Tribunal Federal.

No ano de 2011, mantivemos o sistema atualizado, sendo que encerramos o ano com todas as leis brasileiras de 2011 inseridas no GLIN.

## **10 DO TREINAMENTO E DAS PUBLICAÇÕES**

Em 2011, 15 servidores da Consultoria Legislativa participaram de treinamento externo (ações de treinamento no Distrito Federal e em outros estados, fora do Senado Federal), inclusive com participação em treinamento ou em eventos técnicos em outros países.

No mesmo período, 18 servidores da Consultoria Legislativa se afastaram em licença capacitação.

No ano de 2011, enfim, três artigos foram publicados na Revista de Informação Legislativa. Também foram compilados e publicados, em dois volumes, os Textos para Discussão produzidos no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas, sob o título “Releitura: Compilação de textos para discussão – nºs 1 e 2”. Ambas as publicações são de responsabilidade da Subsecretaria de Edições Técnicas.

## **11 DO SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO**

O Serviço de Apoio Técnico (SEATCN) é responsável pela busca de informações que embasem os trabalhos dos Consultores Legislativos. Durante o ano de 2011, o SEATCN recebeu 973 solicitações de pesquisas. Entre os tipos de informações requeridas, pesquisas de matérias legislativas e bibliográficas foram as mais solicitadas, conforme pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5: Tipo de informação solicitada no ano de 2011

<b>Tipo de informação</b>	<b>Número de solicitações</b>
Jurídica	114
Legislativa	331
Bibliográfica	381
Econômicas/Estatísticas	125
Biográfica	22
<b>Total</b>	<b>973</b>

## **12 DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Durante o período de abrangência deste relatório, o Serviço de Apoio Administrativo desincumbiu-se das atividades que lhe são afetas e que configuram uma gama vasta e diversificada de rotinas, podendo-se listar as seguintes ações: recebimento e distribuição de expedientes, correspondência e publicações; providências para a lotação de pessoal no órgão; controle da assiduidade e afastamentos; controle das necessidades de material de expediente, móveis e equipamentos; suporte de digitação e acabamento dos trabalhos elaborados; reprodução de documentos necessários às atividades do órgão; e previsão das necessidades orçamentárias da Consultoria Legislativa.

## **13 ATIVIDADES ESPECIAIS OU EM COOPERAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS DO SENADO FEDERAL**

A Consultoria mantém, no desempenho de suas atividades, relações de cooperação estreitas com os demais órgãos do Senado Federal. Em 2011, figurou com destaque as seguintes ações.

### **13.1 PROJETO SENADO JOVEM BRASILEIRO**

Por meio da Resolução nº 42, de 2010, o Senado Federal instituiu o Programa Senado Jovem Brasileiro. O programa visa a proporcionar aos estudantes de todo o País o conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo federal e estimular o relacionamento permanente dos jovens com a Casa. Os participantes do Projeto, denominados Jovens Senadores, desenvolveram várias atividades ao longo dos três dias em que se simula uma

“legislatura”, buscando reproduzir, tanto quanto possível, a atividade legislativa desenvolvida no Senado Federal.

A Consultoria Legislativa, em cooperação com a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Relações Públicas, auxiliou nas atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Jovem, orientando os Jovens Senadores e preparando as minutas de proposições apresentadas por eles, bem como dos pareceres proferidos. Além disso, consultores legislativos acompanharam, permanentemente, as atividades desenvolvidas nas Comissões e no Plenário do Senado Jovem. Finalmente, por solicitação dos estudantes, foi organizada uma palestra sobre o Código Florestal, proferida por consultora legislativa especialista no tema.

### 13.2 PALESTRAS E SEMINÁRIOS EM PARCERIA COM O INTERLEGIS

No decorrer do ano de 2011, diversos Consultores participaram de inúmeros seminários e palestras sobre Legislação Eleitoral, Processo Legislativo, Técnica Legislativa, Lei de Responsabilidade Fiscal, Legislação Segurança Pública, e outros assuntos, realizados pelo Interlegis para Deputados Estaduais e Vereadores das várias regiões do País.

### 13.3 PROJETO DE REFORMA FÍSICA DA CONLEG

Em 2011, em cooperação com a Secretaria de Engenharia, iniciou-se a elaboração de projeto de reforma física e de mobiliário do espaço ocupado pela Conleg, de modo a melhor aproveitar o espaço disponível e melhorar as condições de trabalho dos servidores.